



PLS 239/2016
00006

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2016

(CPI do Assassinato de Jovens)

Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292
do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de
1941- Código de Processo Penal



SF/17811.51431-00

EMENDA nº - PLENÁRIO

O PLS 239, de 2016 passa a vigorar acrescido do art. 2º, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 2º Substitua-se, onde houver, a expressão autoridade policial por delegado de polícia.”

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Processo Penal trata exclusivamente da persecução penal, desde a sua fase preliminar, consistente no inquérito policial, de competência da polícia judiciária, civil ou federal, que é presidido pelo delegado de polícia.

Nesse sentido, o art. 4º do CPP estabelece que “A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria”.

O art. 144, § 1º e § 4º, da Constituição Federal estabelece que compete, respectivamente, à Polícia Federal e Polícias Civis o exercício das funções de polícia judícia e a apuração de infrações penais.

Deste modo, o Código de Processo Penal trata, no tocante à polícia judiciária, sobre a atuação das Polícias Civis e Federal.

O art. 2º da Lei nº 12.830/2013 reforça o comando constitucional, nos seguintes termos:



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

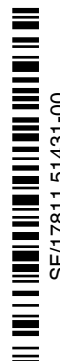
§ 1º Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

Diante do exposto, é de rigor que se adote a nomenclatura adequada de delegado de polícia, evitando dúvidas ou questionamentos que coloquem a segurança jurídica em risco, prevenindo interpretações dúbias e equívocos que prejudiquem o efetivo funcionamento da persecução penal.

Sala das sessões,

Senador JOÃO CAPIBERIBE

PSB/AP



SF/17811.51431-00